

DITADURA BURGO-MILITAR E BONAPARTISMO: VALIDADE DE UM CONCEITO PARA A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

Burgo-military Dictatorship and Bonapartism: Validity of a Concept for the Bourgeois Revolution in Brazil

Leonardo Silva Andrada

Doutor pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e Professor na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0939-1151>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1696174803437528>

Luan Viana Damazio

Mestre pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-4285-0360>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1179901990780490>

Resumo

Inserido no grande campo das interpretações sobre a revolução burguesa no Brasil, o debate em torno da adequada conceitualização de bonapartismo recuperou fôlego em tempos recentes. Tendo em vista que se trata de análise sobre uma forma divergente de exercício da dominação burguesa, com o recurso a instrumentos autocráticos, é razoável que a atual quadra histórica enseje um retorno a essa discussão. Partindo de uma revisão do trato teórico dispensado por clássicos do Marxismo, como forma de melhor localizar a contenda conceitual no pensamento brasileiro dos anos 1960 e 70, este artigo identifica os usos do conceito na apreensão do significado da ditadura burgo-militar na trajetória da modernização capitalista brasileira. Uma interpretação que atualiza sua importância, à medida em que o atual estágio dessa modernização, ressaltando problemas não resolvidos, reforça a relevância de compreender que mecanismos são responsáveis por sua reiterada renovação.

Palavras-chave: *bonapartismo, revolução burguesa, ditadura burgo-militar, modernização, marxismo.*

Abstract

Within the broader field of interpretations of the bourgeois revolution in Brazil, the debate surrounding the appropriate conceptualization of Bonapartism has recently regained momentum. Given that this is an analysis of a divergent form of bourgeois domination, with recourse to autocratic instruments, it is reasonable that the current historical period should prompt a return to this discussion. Starting from a review of the theoretical treatment given by classics of Marxism, as a way of better locating the conceptual dispute in Brazilian thought of the 1960s and 70s, this article identifies the



uses of the concept in understanding the meaning of the bourgeois-military dictatorship in the trajectory of Brazilian capitalist modernization. An interpretation that updates its importance, as the current stage of this modernization, highlighting unresolved problems, reinforces the relevance of understanding which mechanisms are responsible for its repeated renewal.

Keywords: Bonapartism, Bourgeois revolution, Burgo-military dictatorship, Modernization, Marxism.

Introdução

A discussão sobre a revolução burguesa no Brasil não é unívoca, mas é ponto pacificado que se trata de um processo não clássico (Fernandes 1976; Chasin, 1978), cuja expressão histórica se concretiza em uma dinâmica de longa duração. Os argumentos contidos neste trabalho ensejam a reflexão sobre esse percurso, como consolidação da dominação burguesa no Brasil, bem como o desenvolvimento capitalista engendrado por e sobre tal domínio. A partir disso, faz-se necessário compreender o lugar da ditadura burgo-militar no interior dessa via de objetificação.

Em sua investida na elaboração do conceito de bonapartismo, Trotsky apresenta tese que teve alguma influência no Brasil. Segundo sua interpretação, de maneira estrutural, este fenômeno é uma possibilidade pelas próprias condições do desenvolvimento capitalista, principalmente a partir das relações dos países atrasados com os países centrais. Um regime cujas variedades são definidas a partir de seu conteúdo de classe, o que significa dizer, de onde parte sua sustentação política – ou apoiada no proletariado, ou no capital estrangeiro, a partir do desenrolar da luta de classes. Essa abordagem parece adequada para o tratamento do período “*populista*”¹. A partir dessa perspectiva, pode-se compreender o golpe como uma forma radicalizada da dominação burguesa sob a forma bonapartista, ainda que a utilização desse conceito para pensar a ditadura burgo-militar esteja longe de ser consensual, mesmo dentro da corrente marxista brasileira.

¹ Utilizamos aqui a terminologia sem problematizar o conceito, por se tratar da forma como aparece nas obras mobilizadas para essa discussão.



Um caso interessante é o de Florestan Fernandes que, embora possua nos seus trabalhos, principalmente em *A Revolução Burguesa no Brasil*, elementos que são caros aos marxistas brasileiros que compreendem o Brasil pela chave do bonapartismo, sua perspectiva é que a conceituação deve ser considerada em termos históricos, isto é, dentro do contexto descrito por Marx no século XIX, onde este

formulara o seu pensamento com vistas à forma concorrencial ou competitiva de capitalismo e que ele, pela tendência a pesar as palavras que empregava, não endossaria a transformação subsequente de um *conceito histórico* em um *conceito abstrato* e de validade geral. A ditadura militar, em qualquer circunstância, sempre terá algumas (ou várias) semelhanças estruturais e funcionais com o tipo de ditadura militar que se configurou na França graças a uma *crise histórica evolutiva* da democracia burguesa (Fernandes 1989, 67)

E continua

Ou se deve voltar ao que Marx realizou no texto do livro, qualificando historicamente o conceito de ditadura militar; ou se deve avançar em uma direção nova, que saliente a deterioração do sistema de poder capitalista (em escala nacional e mundial) e a obsoletização que ela implica da democracia como forma política burguesa. Na verdade, o sistema capitalista de poder converte-se, com grande rapidez, em uma forma política autocrática, embora isso seja mais visível na periferia do mundo capitalista. O que quer dizer que não se está mais diante de uma “crise de crescimento” da democracia, mas de uma tendência histórica inexorável que, se for descrita como “bonapartismo”, ocultará a sua face mais nociva e as suas consequências mais nefastas graças a uma concessão ideológica “marxista” (Fernandes 1989, 68).

Ressalte-se que Florestan Fernandes não sustenta sua proposição em purismo teórico, ou na defesa da especificidade intransponível de cada evento. Não é recusa em abstrato, em virtude da impossibilidade de repetição dos mesmos traços históricos. Sua preocupação é com as perdas heurísticas que podem resultar desse uso, pois não seriam captadas todas as particularidades do fenômeno, relativas à fase em que o capitalismo brasileiro se encontrava. Esse descuido não seria um mal por simples derrapada conceitual, mas porque falha em seu propósito fundamental, que seria fornecer os subsídios para uma linha política acertada. Compreender adequadamente a ditadura era requisito para construir a ação política capaz de superá-la.

Entre os autores marxistas, talvez Gramsci seja o que tem maior reverberação nas perspectivas apresentadas, contendo em si, inclusive, possibilidades para leituras que se contradizem. Para Octavio Ianni, o *populismo* teria sido um momento de passagem entre a dominação oligárquica e a burguesa e, baseando-se em Gramsci, não identificava nesse período as condições necessárias para o bonapartismo (Ianni 1975). Na perspectiva de



Felipe Demier, também a partir dos escritos do comunista sardo, as condições apresentadas a partir de 1930 eram consonantes com a crise de hegemonia que resultou na saída bonapartista.

Existem outros grandes teóricos brasileiros que também buscaram em Gramsci, inspiração teórica para a compreensão de nossa via própria de entrada na modernidade capitalista e forma burguesa de exercício da dominação. Carlos Nelson Coutinho foi um dos principais autores influenciados por seu pensamento, além de ter contribuído decisivamente para a sua divulgação no Brasil. Utilizando-se do conceito de revolução passiva, Coutinho vai ao encontro de um tema caro às reflexões marxistas sobre a nossa formação, isto é, o processo de constituição do capitalismo no Brasil e, concomitantemente, da conformação de uma ordem burguesa impermeável à participação popular, através de uma burguesia indelevelmente conservadora. Embora não de maneira central, o conceito de bonapartismo aparece nas reflexões de Coutinho, pois

‘a burguesia industrial floresceu sob a proteção de um regime bonapartista, o Estado Novo, que assegurou pela repressão e pela demagogia a neutralização da classe operária, ao mesmo tempo em que conservava quase intocado o poder do latifúndio’ (Coutinho 1979, 41-2).

A via prussiana teria adquirido maior radicalidade no pós-64 e não teria relação com o fascismo, como alguns poderiam supor, já que a

‘implantação do regime autoritário se deu aqui de cima para baixo, através de um golpe de estado militar, cujo êxito se deve em grande parte à debilidade da sociedade civil entre nós’, a qual só era chamada a participar por um ‘consenso passivo’. Contraditoriamente, o regime também modernizou o país, ainda que de modo conservador, desenvolvendo ‘as bases objetivas sobre as quais se assenta a possibilidade de construir uma sociedade civil efetivamente autônoma’ – possibilidade esta inexistente no fascismo (Assunção 2014, 46).

Nota-se, portanto, ramificações apresentadas a partir do tronco teórico inaugurado por Marx e Engels sobre o bonapartismo. Como aqui nos interessa tratar da utilização de tal conceito para interpretar o Brasil e, especificamente, seu uso para analisar o regime instaurado a partir do golpe de 1964, é importante apresentar a perspectiva que rivaliza com o bonapartismo, e que teve ampla repercussão como chave explicativa para caracterizar a ditadura, isto é, a de René Dreifuss.

1. 1964: A Tomada do Estado pelo “bloco multinacional e associado”



René Dreifuss também foi influenciado por Gramsci em seu principal livro, dedicado a interpretar as razões do golpe, sua preparação e execução, e o tipo de dominação que foi instaurada a partir desse ato fundacional. Em *1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, buscou apresentar como foram formados e de que maneira atuavam os *anéis burocrático-empresariais*, expressão utilizada para se referir a “agentes sociais modernizante-conservadores” – na concepção gramsciana, intelectuais orgânicos – que seriam responsáveis pelo golpe de 64. Tal grupo constituía o bloco multinacional e associado, contendo diretores de corporações multinacionais e proprietários de interesses associados, administradores de empresas privadas, técnicos e executivos estatais que faziam parte da tecnoburocracia e, por fim, oficiais militares. Possuía como estratégia não apenas a imposição econômica, mas atuava sobremaneira politicamente (Dreifuss 1981, 71).

O marco histórico do processo foi a Segunda Guerra, que teria sido o divisor de águas para o predomínio econômico e político do capital monopolista. Formam-se globalmente corporações multinacionais, restando ao capital “nacional” associar-se ao estrangeiro ou a empresas estatais. De certa forma, era o que estava em jogo no período de maior radicalização antes do golpe. Os quadros do bloco multinacional e associado atuavam para obter maior controle do planejamento estatal, visando prioritariamente “selecionar temas, tópicos e diretrizes” e “determinar o acesso de frações ou setores aos centros burocráticos de tomada de decisões” (Dreifuss 1981, 74). Dessa forma, percebeu-se que para haver um “planejamento nacional”, fazia-se necessário controlar o Estado e quebrar o sistema/regime populista (Dreifuss 1981, 86).

Dreifuss aponta que através do complexo IPES/IBAD, representante político dos interesses desse bloco multinacional e associado, realizou-se a conformação do que em termos marxistas poderíamos dizer de “classe em si” e “classe para si”; assim a “elite orgânica” desse complexo passou a se constituir enquanto força social, justamente por se tornar consciente de seus interesses corporativos e conseguir ultrapassar os interesses econômicos-individuais enquanto classe. Efetiva-se a passagem da “estrutura para a complexa esfera da superestrutura” e, assim, os interesses de tal grupo tornam-se, inclusive, interesses de grupos subordinados. “Fase da qual ideologias precisamente



desenvolvidas tornam-se ‘partido’” (Dreifuss 1981, 161).

O IBAD teria uma função tática, enquanto o IPES, autodenominado como uma “agremiação apartidária com objetivos essencialmente educacionais e cívicos” (Dreifuss 1981, 163) exerceria a função estratégica. E como demonstrou Dreifuss, além da vida pública que o instituto possuía, havia, sobretudo, “as operações secretas e discretas da burguesia insurrecional [que] eram executadas por forças-tarefa especializadas, unidades de ação, grupo com codinomes e subsidiários” (Dreifuss 1981, 164). Dessa forma, contrapondo-se “às estruturas populistas, ao executivo nacional-reformista e às forças sociais populares, o complexo IPES/IBAD se tornava o verdadeiro partido da burguesia e seu Estado maior para a ação ideológica, política e militar” (Dreifuss 1981, 164).

Para isso, realizava recrutamento principalmente de empresários e militares, procurando convencer os primeiros de suas reais necessidades; produziam campanhas na mídia, além de medidas econômicas no intuito de punir comportamentos desviantes de parte do empresariado; financiavam publicações de livros condizentes com seus interesses e/ou de teor anticomunista; possuíam um Grupo de Levantamento de Conjuntura, que fornecia informações sobre a atuação dos comunistas, produzindo relatório para os militares, realizavam grampo telefônico, acompanhavam jornais diariamente e produziam por mês, em média, “500 artigos para serem disseminados na imprensa, ou em palestras, panfletagens...” (Dreifuss 1981, 169-89). Existiam outros grupos de trabalho dentro do IPES, cada um com sua função. Tal estratégia visava atuar em diversas frentes, visando o controle político, econômico e ideológico. Dessa forma, o IPES, como representação formal do bloco de poder multinacional e associado, tornou-se “a mais poderosa assembleia política e econômica das classes dominantes durante o governo Jango” (Dreifuss 1981, 174).

Foi dessa forma que o bloco multinacional e associado atuou, num primeiro momento, para “compartilhar o poder com a convergência da classe populista que controlava o Estado” (Dreifuss 1981, 125), no entanto, com a sua incapacidade de atrair apoio e voto popular em torno do seu projeto e com a passagem cada vez maior do bloco populista de uma forma de “articulação do consenso” para uma “forma de participação” (Dreifuss 1981, 141), perdendo a estabilidade e hegemonia que possuía em torno da classe



dominante (Dreifuss 1981, 144); caminhou-se de uma “guerra de posição” para uma “guerra de movimento”, ainda em termos gramscianos, o que culminou no golpe de 1964 que, segundo essa perspectiva, não pode ser compreendido apenas enquanto um golpe militar.

O conflito, nos períodos precedentes ao golpe, assumiu os contornos de disputa “entre a classe dominante como um todo e as classes subordinadas”.

Na encruzilhada histórica de 1963, a elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD constituía a única força social entre as classes dominantes que possuía um projeto e um modelo coerente e coeso para o país. Em abril de 1964 possuía também o meio político, técnico e militar para realizá-lo. (Dreifuss 1981, 244)

Tendo os elementos acima em vista, Dreifuss considera equivocada a caracterização do regime inaugurado a partir de 1964 como uma experiência bonapartista. A confusão nessa perspectiva estaria contida na seguinte compreensão: a tomada do Estado pelas forças armadas, à revelia da classe dominante – embora levando a cabo seus interesses, mesmo que contra sua vontade imediata – teria significado uma relativa autonomia com vistas a reorganizar a hegemonia do bloco de poder. “Na realidade, foi o bloco de poder liderado pelo IPES que reorganizou o Estado e, sob o controle da elite orgânica, tentou consolidar sua posição” (Dreifuss 1981, 487).

Portanto, a compreensão da ditadura como bonapartismo dependia de os militares haverem tomado o poder estatal, governando para os diversos setores das classes dominantes, mas sem a participação efetiva dessas. Essa configuração representaria uma das principais características da forma bonapartista de dominação, isto é, a autonomia relativa diante da burguesia. Sua posição, na verdade, identifica no complexo IPES/IBAD a principal articulação do bloco de poder que “capturou” o Estado a partir do golpe e que representou os interesses multinacionais e associados (Dreifuss 1981, 488). Dessa forma, os interesses de setores das classes dominantes não estariam alijados das posições de tomada de decisão no pós-golpe, mas ocupariam cargos relevantes, especialmente nas discussões econômicas.

2. O bonapartismo que “não chegou a se transformar em realidade”



Carlos Estevam Martins reflete, antes de tecer comentários mais específicos sobre a conjuntura brasileira da época, sobre modelos políticos e sua definição. De maneira metafórica, aponta que o modelo político seria a composição de *forma, matéria e espírito*. A primeira seria “um pacto de convivência política ou o método por meio do qual são reguladas as relações políticas entre os membros da coletividade” (Martins 1977, 188). A *matéria* se constituiria dos pactos e alianças formados entre as “classes, frações e estratos de classes sociais”. A partir dessa definição, emergem “três sistemas genéricos de alianças”; o primeiro seria o do bloco no poder, formado pelas classes ou frações de classes que, pelo papel que ocupam no modo de produção dentro de determinado contexto, “desfrutam de uma posição dominante na base econômica da sociedade”, ainda que sua influência seja maior ou menor nas decisões governamentais. Logo em seguida teríamos as chamadas coalizões políticas, “as quais se definem como alianças formadas com vistas ao controle do poder estatal”, possuindo entre elas, inclusive, hierarquias, onde determinada coalizão torna-se politicamente predominante pelo beneficiamento adquirido através das políticas governamentais (Martins 1977, 189). Por fim, teríamos as alianças estabelecidas pela elite governamental “com as classes, frações e estratos de classes situados dentro ou fora do bloco no poder e incluídos nessa ou naquela coalizão”. Nesse caso, a iniciativa parte da elite governamental e é especialmente importante nos casos de “Estado de Exceção e/ou de Transição” (Martins 1977, 190).

Algumas das ideias apresentadas sobre a *matéria* referem-se, segundo Martins, a definições complementares do Estado. A concepção de bloco no poder liga-se à formulação de que “o Estado moderno é o *comitê* responsável pela administração dos negócios comuns de *toda burguesia*” (Martins 1977, 192, grifos originais). A elaboração de uma coalizão politicamente dominante corresponderia, a partir de uma definição de Miliband citada por Martins, à perspectiva de que apenas uma parte das classes dominantes controla o Estado, não sendo necessariamente correspondente ao setor que é economicamente dominante (Martins 1977, 192), enquanto a concepção de elite governamental combina-se com as conjunturas em que há maior autonomia relativa do Estado frente às classes, como é o caso do bonapartismo. Esse que, na visão de Martins, teria sua característica distintiva no fato de



capacidade de iniciativa da autoridade governamental fica[r], em grande parte, desligada das volições específicas e imediatas das classes dominantes ou de qualquer de suas partes componentes, esfumando-se assim o peso político diretamente aplicado pelo bloco no poder e pelas coalizões em luta pela predominância política (Martins 1977, 193).

Essas perspectivas ligam-se a diferentes concepções do Estado que seriam, na visão de Martins, complementares, sendo “o Estado-comité, o Estado-partidário e o Estado-bonapartista [...] ondulações distintas de uma mesma realidade: o Estado burguês” (Martins 1977, 193). A predominância de um Estado ou de outro depende de qual desses três tipos de aliança esteja “mais diretamente no comando do modo pelo qual é executada a tarefa essencial do Estado, a de manter unida a sociedade dividida em classes” (Martins 1977, 193).

Por fim, completando a tríade, temos o *espírito*, a ideologia dominante presente em determinada formação social. Serve como o meio de legitimação que permite manter coeso e estável os modelos políticos, pois “é graças a ela que se cimentam as relações entre *forma* e *matéria* e é ela que proporciona as condições subjetivas que garantem o processo de reprodução [daqueles] através do tempo” (Martins 1977, 194-5).

A partir dessas definições de caráter teórico, Martins assenta o caminho para poder analisar a conjuntura brasileira em 1975, momento de uma “crise do caráter específico do Estado”, assim como havia passado 15 anos antes, no pré-64. A diferença era que, na crise precedente ao golpe, a ofensiva estava nas mãos das classes populares, e teria se resolvido não apenas com a mudança da “*forma* do modelo político, com a passagem do liberalismo pré-64 para o autoritarismo posterior”. Foi resolvida, de fato, pois “juntamente com as transformações institucionais e ideológicas, a coalizão nacional-populista foi varrida do poder e substituída pela nova coalizão [...], internacional-modernizadora” (Martins 1977, 197). Dessa forma, a vitória da nova coalizão mudou a órbita de interesses favorecidos por ações do Estado:

Em termos da estrutura do capital, foram favorecidos o capital monopolista em geral e o estrangeiro em particular; em termos setoriais, foram favorecidas as atividades ligadas à produção de bens de consumo duráveis, à oferta de serviços sofisticados, ao complexo exportador e ao financiamento da produção corrente e do consumo conspícuo; em termos territoriais, foram favorecidas as cidades em oposição ao campo e a região centro-sul em oposição ao resto do país; finalmente, no conjunto das classes subalternas, foram favorecidas as camadas ditas modernas da classe média urbana. Ademais, e na base desses favorecimentos específicos, prevaleceu, de um modo inequívoco e sistemático, o favorecimento global de todos



os valores e interesses que compõem, de uma ponta a outra, o espectro dos “direitos” das classes dominantes. Consequentemente, prevaleceu o desfavorecimento sistemático das aspirações das classes dominadas, inclusive de seus anseios mais primários e imediatos (Martins 1977, 197-8).

Une-se, assim, à *forma* e à *matéria*, o *espírito*, nesse caso, de um “pragmatismo tecnocrático” que substitui a ideologia nacionalista do período anterior. Aquele ajusta-se às teias estruturais do papel brasileiro dentro da trama internacional; dessa forma, essa nova “filosofia” seria uma não-filosofia.

Não é por acaso, portanto, que ela define o progresso em termos de modernização, o agir em termos de eliminar capacidades ociosas, o desenvolvimento em termos da quantidade de crescimento, a razão em termos da técnica, o êxito em termos de eficiência, o povo em termos de objeto e o poder em termos de um direito natural da burguesia monopolista (Martins 1977, 199).

A substituição do modelo político que vigorou até 64 tem relação direta com as mudanças ocorridas, principalmente a partir de meados dos anos 50, no padrão de acumulação capitalista no Brasil, graças a uma constante internacionalização do mercado interno. Uma transformação que pressionava cada vez mais por redefinir a composição do bloco no poder, pois embora tivesse poder econômico, ainda não definia os rumos políticos, não controlava o Estado.

Do outro lado, a coalizão nacional-populista, uma tentativa da burguesia local para enfrentar “o desafio imperialista, enquanto que, internamente, ameaçava-o o desafio popular”, era incapaz de frear o processo de internacionalização, considerando o risco de radicalizar os setores populares. No entanto, como sua legitimidade, frente a esses setores, encontrava-se justamente na capacidade ou não, no momento de maior agudização da luta de classe, em impedir e reverter tal processo, a coalizão nacional-populista enfraqueceu-se (Martins 1977, 204).

Os setores econômicos ligados principalmente ao capital estrangeiro necessitavam, diante da inadequação da coalizão no poder para representar e defender seus interesses, de uma nova representação política, não identificada nem mesmo nos partidos. Dessa forma, a alternativa encontrada foi a “cúpula militar-tecnoburocrática” que, segundo Martins, não estava devidamente pronta, mas foi constantemente aprimorada desde antes do golpe, atravessando os governos dos generais, pelo menos até



Ernesto Geisel, momento em que o texto foi publicado (Martins 1977, 204-5).

A partir de uma citação de Florestan, Martins demonstrará que as diversas contradições entre setores da burguesia, frente às mudanças substanciais ocorridas no nosso processo de acumulação, permitiram criar um ambiente *potencialmente pré-revolucionário* (Florestan apud Martins 1977, 206). Os desafios colocados pela internacionalização da economia ameaçavam cada vez mais o status de burguesia nacional, que enfrentava sérios riscos de ser reduzida à condição de “burguesia tampão”. Enquanto se complexificava esse cenário, radicalizavam-se, ainda, setores populares e médios.

Ocorre que, mesmo com tantos conflitos internos, a necessidade em assegurar a propriedade privada dos meios de produção, que não estava sob ameaça, ressaltava-se, era um imperativo. Realizou-se em 1964 um “pacto contrarrevolucionário”, que tinha como princípio “beneficiar todas as classes proprietárias” e viabilizar a “supressão dos movimentos populares da vida pública”. Para cumprir a tarefa, “o lema da união contrarrevolucionária de todos impunha, como corolário para cada um, a proibição de juntar-se, para baixo, com qualquer adversário dos de cima” (Martins 1977, 209-11).

Martins aponta que, embora tenha se mostrado necessário, tal padrão de composição estabelecido entre as classes possuidoras produziu efeitos sensíveis sobre os setores que compunham tal coalizão, beneficiando principalmente o capital estrangeiro, mas também o capital estatal. No entanto, a burguesia nacional perdeu consideravelmente seu “poder de barganha” o que a levou a “ocupa[r], necessariamente, uma posição subordinada no seio da coalizão politicamente predominante” (Martins 1977, 212).

Embora existam os principais beneficiados no bloco de poder constituído no pós-64, por se tratar de uma coalizão ampla, com um objetivo em comum – um poder contrarrevolucionário das classes detentoras – buscou-se constituir uma elite governamental sem qualquer vínculo direto com frações da classe dominante. Nesse sentido, atendia bem a esse princípio as “correntes militares e tecno-burocráticas”.

Mutatis mutandis, as nossas classes e frações dominantes encontravam-se na mesma situação que o campesinato francês descrito por Marx no *18 de Brumário*: sua excessiva fragmentação, sua heterogeneidade, sua falta de coesão impediam-nas de “fazer valer seus interesses de classe em seu próprio nome através do Parlamento”. Não podiam utilizar livremente os seus próprios



instrumentos de poder (seus partidos políticos, suas associações de classe, seus órgãos de imprensa, seus aparelhos ideológicos) sem se ferirem mutuamente e sem lesarem os *principia media* de seus interesses de classe. Por isso necessitavam transferir o controle direto do poder ao elemento militar-tecnoburocrático. Não podiam governar os outros sem passarem a ser, ao mesmo tempo, elas próprias governadas por um *tertius*: só conseguiriam fazer-se representar apelando para um representante que funcionasse “como seu senhor, como uma autoridade que se exerce sobre elas próprias, como um poder governamental ilimitado que as protege contra as outras classes (protegendo-as contra si mesmas) e distribui, do alto, o sol e a chuva. Sua influência política encontrava assim sua expressão última no Poder Executivo que subordina a sociedade a si mesmo” (Martins 1977, 217)

Nesse sentido, encontra-se na perspectiva de Martins a máxima gramsciana, onde a saída para a ala militar técnico-burocratizada tornar-se a elite governamental relaciona-se diretamente com a incapacidade de setores da burguesia em dirigir, de forma hegemônica, o conjunto das classes (Martins 1977, 218). É nessa configuração que, como vimos, costumam ocorrer as saídas bonapartistas.

No entanto, Martins aponta que, embora haja uma “vastíssima delegação de poderes para a elite governamental” com o golpe de 64, o amplo “predomínio econômico da coalizão internacional-modernizadora”, aliado ao fato de que as principais figuras que assumiram os postos de poder, possuíam ligações “materiais, políticas e ideológicas” com os interesses daquela, proporcionou a recuperação de parte considerável dos poderes delegados. É dessa forma que

Esses e os demais mecanismos anteriores examinados explicam por que o bonapartismo, potencialmente inscrito no pacto de poder celebrado em 64, não chegou a se transformar em realidade. Ou talvez, quem sabe, mais acertado seria dizer que é essa – e não outra – a realidade de todo e qualquer bonapartismo (Martins 1977, 220).

O bonapartismo nessa perspectiva parece ter entrado pela porta e saído pela janela. Demier, por outro lado, considera que tal leitura é consonante com a que ele realizou do fenômeno, isto é, que a

a autonomização relativa do aparelho de Estado face à classe dominante não exclui, naturalmente, a existência de uma ou mais frações burguesas privilegiadas pelas políticas estatais de curto, médio e longo prazo; tais privilégios, via de regra, costumam decorrer justamente da influência exercida pelos representantes dessas frações junto à cúpula burocrático-militar dirigente, a qual, contudo, mantém-se relativamente autônoma diante daquelas. É a partir daí que talvez possamos compreender o fato de que, conquanto não governasse por meio dos seus representantes políticos diretos (isto é, pelos seus partidos políticos), o setor monopolista do capital passou a ter, a partir de 1964, seus principais interesses econômicos atendidos pelas medidas governamentais. A nosso ver, é esta a lógica contida nas análises de Martins sobre o caráter do regime militar brasileiro (Demier 2012, 364).



Enquanto para Dreifuss teria havido a conquista do Estado pelo bloco de poder multinacional e associado, para Martins, embora tal bloco possuísse seus interesses contemplados, a autoridade governamental mantinha-se desligada dos principais meios de decisão das classes dominantes em geral. Esta é a principal distinção entre as duas análises (Demier 2012, 364).

Compreendemos que existe uma questão estrutural na forma de articulação com que o Brasil se integra ao mercado mundial do modo de produção capitalista, o que gera, como já foi salientado, uma subordinação econômica, cultural e ideológica aos interesses, principalmente, norte americanos. De forma derivada, tem como consequência uma classe dominante autocrática e conservadora, incapaz de permitir avanços democráticos. Embora essas características também tenham sido apontadas por pensadores que não se utilizam do conceito de bonapartismo para pensar o Brasil, como é o caso de Florestan Fernandes, elas nos parecem relevantes para sua mobilização para compreender o engendramento das formas de dominação da burguesia brasileira.

3. Autocracia em tempos de paz, bonapartismo em tempos de guerra

Outro pensador que interpreta o Brasil a partir do conceito de bonapartismo é José Chasin. Sua relevância, para além da própria obra em si, se dá também pela influência que exerceu (e ainda exerce) em diversos outros autores. Chasin considera que historicamente a dominação burguesa no período republicano brasileiro é uma constante entre o bonapartismo e a autocracia institucionalizada; aquele entendido como uma perspectiva radicalizada dessa. A alternância se efetiva sem se descaracterizar a natureza própria da dominação. Como o autor ressalta, é um conceito que encontra na periferia capitalista maior pertinência.

A análise de Chasin está calcada na sua compreensão da via de objetivação histórica do capitalismo por aqui, bem como o papel do Brasil na cadeia global de produção. Embora tenha considerado promissor relacionar a denominada via prussiana ao caso brasileiro, como fez Coutinho, Chasin considerou que era necessário ir além, já que o caso brasileiro (e colonial, no geral) apresentava diferenças substanciais. Dessa



forma ele elaborou a ideia da via colonial de entificação do capitalismo, que busca diferenciar-se dos casos alemão e italiano.

A absurdidade de equiparar politologicamente, de algum modo e até mesmo com algumas cautelas, o Brasil, a Alemanha e a Itália das primeiras décadas do século salta à vista quando se considera que, em última análise, o que se está equiparando são elos débeis da cadeia imperialista, portanto fenômenos do capitalismo altamente avançado, entidades da fase superior do capitalismo, com uma formação que integra precisamente as áreas da disputa imperialista, faz parte justamente do território colonial que os elos débeis forçam por ver redistribuído. E que, no caso brasileiro, mal principia a objetivar os débeis passos iniciais do estrito modo de produção capitalista. E o atraso de tal objetivação, se no caso alemão, e também no italiano, se marca não só em comparação com os casos clássicos, mas também pelo fato de a industrialização destes países ter principiado posteriormente às primeiras lutas do proletariado, no caso brasileiro se grifa obviamente em relação aos casos clássicos, também em relação às objetivações do capitalismo tardio, e ainda pela consideração de que a crítica teórica e prática do proletariado, quando o Brasil inicia sua caminhada estritamente capitalista, já está inclusive consubstanciada pela detenção do poder em um dado país (Chasin 1978, p. 643).

Dessa forma, além de estarmos, frente às disputas imperialistas, em situação colonial, o Brasil encontra-se na perspectiva de um capitalismo hiper-tardio, pois irá iniciar seu processo de industrialização a partir de 1930, quando Alemanha e Itália naquela altura, mesmo sendo pertencentes aos países de capitalismo tardio, já encontravam-se industrializadas. Não termos realizado uma revolução democrático-burguesa com ruptura, assim como a Alemanha e a Itália, não nos coloca no mesmo patamar em termos de desenvolvimento capitalista, principalmente pela nossa subordinação político-econômica diante das forças imperialistas.

Tendo em vista a via colonial de desenvolvimento capitalista, pode-se pensar a forma apresentada por Chasin de conformação do bonapartismo no Brasil.

Aqui, o bonapartismo se integra muito mais organicamente que nos países clássicos à própria essência da sociabilidade brasileira. Enquanto naqueles o questionamento teórico e prático do modo de produção capitalista tem algum espaço para se desenvolver, comportando inclusive que a esfera econômica sofra críticas reformistas – a social-democracia é o mais exemplar fruto desta possibilidade –, o capital atrofado, submisso ao capital central e devotado à superexploração de seus subordinados, exclui de pronto todo questionamento no nível econômico. O bonapartismo brasileiro é a encarnação de uma contrarrevolução permanente de caráter preventivo, característica ingênita da dominação burguesa no Brasil. Aqui, elementos do bonapartismo estiveram presentes desde a gênese do capitalismo industrial, constituindo a natureza mais íntima e o projeto de poder da burguesia nacional. Esta não pode (nunca pôde) dominar senão desta forma. De maneira que as lutas de classes veem-se represadas, constrangidas, sufocadas, impedindo-se sua emersão, sua explosão e sua solução – já que as contradições preexistentes e as que germinam sob o próprio fenômeno não podem vir à luz com um retorno da democracia burguesa. Onde a imensidão e irresolução dos nossos dilemas sociais (Assunção 2014, 58).



Nota-se que a perspectiva golpista, também compreendida em termos de uma contrarrevolução preventiva, esteve presente nos momentos em que governos ditos populistas, como o de Vargas e de Jango, pela conformação conjuntural da luta de classes, apoiaram-se nas massas quando haviam perdido apoio na classe dominante. Essa, sendo incapaz de permitir acenos minimamente reformistas e maior participação popular, além de estar subordinada, enquanto sócia-menor, às frações do capital estrangeiro, relega ao Estado e seu aparato burocrático a missão de manter a ordem e modernizar o país.

Fica, pois, a ideia de que é sob o bonapartismo que a burguesia dos países atrasados efetiva, no período da contrarrevolução, as transformações históricas indispensáveis, garantindo-se que serão efetivadas em segurança, com exclusividade, conciliadamente e sem possibilidade de perda de controle do processo. No caso brasileiro, condenando a nação a uma forma de dominação política exclusivista, autocrática e subordinada, regime favorecedor de uma burguesia ensimesmada em seu mini mundo e saciada com mesquinharias (Assunção 2014, 59).

O inimigo externo combatido pelo bonapartismo dos países centrais, encontrava-se, no Brasil, internamente; era, naquela ocasião, a “ameaça comunista”. Retórica largamente utilizada quando se faz necessário lançar mão de medidas de exceção, esteve presente no discurso dos representantes militares que estiveram à frente do golpe e do governo ao longo dos 21 anos. Esses apresentavam-se, portanto, enquanto portadores dos verdadeiros desígnios da nação. Tal perspectiva, constituída nas Forças Armadas brasileiras principalmente no pós-guerra, combina-se com a saída bonapartista em tempos de maior radicalização da luta de classes.

Retornando a Chasin, o bonapartismo seria a resposta em “tempos de guerra” e a autocracia institucionalizada em “tempos de paz”. Os “tempos de guerra” naquela ocasião foram movimentos de massa, rurais e urbanos, estudantis e culturais... sob a bandeira das reformas. Os “tempos de paz” só vieram depois que as organizações de trabalhadores foram completamente perseguidas e massacradas, bem como as entidades estudantis, os artistas e os partidos que lutaram contra a ditadura, sejam os que escolheram a via armada, ou até mesmo aqueles que se opunham a essa opção tática, como é o caso do PCB, perseguido desde o início do golpe, massacrado no governo Geisel, quando já estávamos no período batizado como *distensão*.



É na esteira do pensamento de Chasin que Rago analisa também a ditadura como bonapartismo². Após o golpe ele encontra duas tendências bonapartistas de maior expressão entre os militares, a ala “*Sorbonne*, que se identificava com o *castelismo*, [possuía] suas concepções e estratégias diretamente extraídas da Escola Superior de Guerra” e que “alegava a necessidade de, num futuro próximo, abrir uma transição pelo alto, com o ‘aperfeiçoamento das instituições democráticas’. Tratava-se da “passagem da forma bonapartista para a institucionalização da autocracia burguesa”, preservando os instrumentos capazes de manter a dominação dos proprietários e do capital associado sobre a classe trabalhadora. Isso tudo, é claro, após extirpar a “ameaça comunista” do país. O anticomunismo, integrante da formação na Escola Superior de Guerra desde sua fundação (Oliveira, 1976) era fator que fazia convergir a ala *Sorbonne* com a dos “linha-dura”, juntamente com a defesa intransigente de um modelo societal calcado na propriedade privada (Rago 2004, 148, grifos originais).

Uma característica conservadora da perspectiva bonapartista, e que estava presente naquele período, se refere ao papel secundário das massas na história, protagonizada, em verdade, pelo alto e pelos grandes homens. Tal concepção moveu

² “Engels, de certo modo, fornecera a chave para a compreensão desta forma particular de poder burguês, ao escrever que ‘o bonapartismo é a verdadeira religião da burguesia moderna’. Numa reflexão sobre a atualização do bonapartismo, Domenico Losurdo aponta o fenômeno da militarização como ‘resultado dos explosivos conflitos políticos e sociais internos’. E, numa recorrência à crítica de Marx, registra a configuração necessária da passagem da ‘ditadura burguesa mediante a espada’ para uma ‘ditadura da espada sobre a sociedade civil’, especificando que esta forma de terrorismo explícito com ‘o aparelho militar desenvolvido pela burguesia em função antioperária termina por engolir a sociedade no seu conjunto e a própria classe dominante’. A determinação marxiana não deixa margens para dúvida, uma vez que o Executivo guindava ou fechava o Parlamento e, com isto, ‘Despojava o poder de Estado de sua forma direta de despotismo de classe, pondo um freio ao poder parlamentar e, conseqüentemente, diretamente político, da classe dos apropriadores’. Mais ainda: esta força absolutizada, concentrada e aparentemente autônoma com respeito à sociedade civil pode ser considerada a ‘última forma, degradada, a única possível desta dominação de classe, tão humilhante para a própria burguesia quanto para a classe operária que é mantida sob ferros’. Sendo assim, ‘a única forma possível de Estado em que a classe dos apropriadores pode continuar a manter sob sua influência a classe dos produtores’. Como reserva de poder, recurso alternativo aos conflitos de classe que se constitui em ‘uma das formas políticas da sociedade burguesa, a sua forma mais prostituída, mais acabada, e a última’. Se isto corresponde à lógica histórica, ‘Naturalmente, um tal governo não deixa de ser, por isso, o caixeiro dos possuidores’. Em nossa particularidade histórica, respeitadas suas especificidades, engendra-se uma potência política concentrada e autonomizada que cumpre as funções ditatoriais necessárias à expansão do próprio capital.” (Rago 2004, 146-7)



fortemente o ideário golpista, que buscava colocar o Brasil nos trilhos da civilização (ocidental). Mas não somente sobre as massas proletárias tal perspectiva atuava

No que concerne aos proprietários, em que pese a defesa do princípio regente da propriedade privada na ordem social, o bonapartismo reservava um lugar próprio, pois protegia e desenvolvia seus negócios, mas também colocava certa resistência ao seu comportamento político, considerando seus interesses amesquinhados e corporativistas (Rago 2004, 148-9).

A burocracia estatal e os representantes da ditadura também reorganizavam política e ideologicamente o capital, buscando contrapor-se aos seus interesses imediatos e “individualistas”, visando construir um *Brasil-Potência*.

Ilusão socialmente necessária, uma vez que se supunha a autonomia do país como uma economia capitalista desenvolvida, potencializada pelo empréstimo dos recursos tecnológicos e capitais estrangeiros. A ilusão residia, precisamente, na instrumentalização do capital financeiro internacional, *meio*, apenas, para a autonomização nacional. No contexto da *interdependência* e do *alinhamento* com as forças do Ocidente contra o expansionismo do comunismo soviético, com o golpe de Estado e a ruptura da linha democrática, os proprietários impunham o bonapartismo como a verdadeira religião da burguesia, instituindo e institucionalizando as “leis revolucionárias” – violência, arbítrio, terrorismo aberto – contra os “inimigos internos”, particularmente os comunistas e os setores organizados da classe trabalhadora. Os limites e as ilusões dos gestores do capital atrofico estavam, portanto, na teleologia absurda, aberrante, mas socialmente determinada, de supor o controle pelo alto da lógica do capital. Uma função estatal que, no fundo, estava reservada a propiciar as condições para a auto expansão do capital sem resolver as mazelas sociais da modernização excludente. Uma expansão capitalista associada ao imperialismo, que não levava em conta os percalços da subordinação e atrofia estrutural, à base da colaboração entre as classes sociais, visando a realizar as necessidades dos possuidores, regrada e controlada pela autocracia bonapartista. Um projeto nacional que implicava a *instrumentalização* dos capitais externos, sem se dar conta de que o inverso é que se efetivaria, acentuando-se a nossa subordinação estrutural e atrofiando-se cada vez mais intensamente a produção nacional, devido à própria internacionalização, como subsistema econômico do universo do capital. Todavia, não havia outra saída. Na pobreza, segundo a visão golberiana, os rumos pertencem ao comunismo (Rago 2004, 149, grifos originais).

Ainda segundo Rago, a principal diferença entre essa perspectiva com a dos “duristas” é de que naquela estava contida um porvir aos moldes dos países desenvolvidos do ocidente, que não convergia com os últimos, isto é, “o credo ditatorial sem limites da ‘revolução permanente’” (Rago 2004, 149).

No entanto, a ditadura, conduzida por ambas, aprofundou o terreno das contradições do nosso “capital atrofico e subordinado”, como denomina Rago, que se expande na mesma proporção que exclui, sendo incapaz de se desenvolver social e nacionalmente, a não ser em vistas dos seus próprios interesses; esses, é claro, profundamente vinculados aos do capital estrangeiro. Além de terem sido violentamente



asfixiados durante a ditadura, os movimentos sindical, popular, estudantil, isto é, a parte organizada da sociedade brasileira, para a grande parcela da população sobrou apenas o farelo do bolo fermentado durante esse processo, para relembrar a metáfora do ministro Delfim Netto.

Por isso se faz necessária a qualificação do nosso bonapartismo, considerando que ele apresenta diferenças substanciais, tanto no que se refere ao fenômeno histórico analisado por Marx, quanto ao conceito que deriva desse evento, como categoria trabalhada por outros marxistas. Se a forma de constituição e desenvolvimento capitalista no Brasil se insere num papel determinado frente à cadeia global de produção e reprodução é preciso, portanto, considerar a consequente dominação burguesa dentro dessa particularidade. Como vimos, o nosso bonapartismo também se preocupou com a ascensão e organização das massas, no entanto, sequer havíamos chegado a realizar uma revolução burguesa e, pior, nossa burguesia mostrou-se incapaz historicamente de realizá-la. Sem identificação com seu povo e congenitamente subordinada ao capital estrangeiro, a classe dominante brasileira desconhece a democracia burguesa. Essa parece ser por aqui, assim como caracterizou Florestan Fernandes, um projeto que apenas poderá ocorrer pelas mãos dos setores subalternos.

Conclusão

A preocupação quanto ao uso de um conceito, para além do contexto que o fomentou, pode desembocar em discussões estéreis, quando não se tem muito claro em que o recurso pode contribuir. Não é trivial que a contenda sobre o bonapartismo como possibilidade heurística tenha se dado no período da ditadura burgo-militar. Foi parte de um esforço de intelectualização do regime vigente, não sob a forma de livre pensar diletante, mas para a mobilização da ciência social como instrumento de superação dos problemas fundamentais da sociedade. Tratava-se de caracterizar corretamente o fenômeno da dominação em exercício, pois da leitura acurada do cenário, dependia a elaboração apropriada da movimentação tática para transformá-la. Debater a natureza do capitalismo brasileiro e sua formação histórica, os descaminhos da revolução burguesa e os traços definidores de nossa formação social, serviam a propósitos para além da minúcia



acadêmica. A adequada leitura da conjuntura, com cada aspecto detalhadamente analisado, atendia à necessidade de definição da justa linha política. Tratava-se, portanto, de estabelecer a estratégia de superação da ditadura, a definição dos movimentos táticos, quem são os aliados preferenciais e os adversários principais na configuração que a luta de classes apresentava naquela conjuntura.

Considerando a hipótese de que dado conceito, com forte ligação a determinada situação histórica, possa contribuir com a análise de outros fenômenos e processos, é relevante, do ponto de vista epistemológico, fazer um balanço dos aspectos positivos e negativos desse “deslocamento” de contexto. Como já apontamos em outra oportunidade, é preciso avaliar em que o conceito se aproxima e em que se afasta do fenômeno a ser analisado; diante de tais considerações, ponderar se os pontos de distanciamento são fortes o bastante, e se sobrepõem às correspondências, para inviabilizar o seu uso na análise em questão (Andrada 2022). Para o debate contemporâneo, esse tipo de preocupação tem se ocupado com o uso corrente de *fascismo* na caracterização de movimentos e governos ligados à extrema direita atualmente (Mazzeo, Pinheiro e Pericás 2022). Estão disponíveis defesas consistentes para ambas as posições, e há uma posição intermediária, que pretende aproveitar o que o conceito tem a contribuir, mas demarcando a diferença com sua ocorrência original: *neofascismo*, *protofascismo*. Expediente aproximado à postura de Domenico Losurdo, ao qualificar o fenômeno político a que se refere como *bonapartismo soft*.

O debate sobre a adequação ou não de *bonapartismo* como conceito para compreender a ditadura, é relevante em diferentes níveis. Não apenas se refere às discussões sobre a nossa forma de objetivação histórica do capitalismo moderno, e os traços do Estado que se constitui nesse processo; é também um ponto crucial para a elaboração política que se desenvolveu a partir dos balanços da derrota que significou o golpe de 1º de abril de 64. Entre as forças que se voltaram para este balanço, Francisco Weffort foi uma das referências teóricas da corrente que se tornou hegemônica na fase final do período ditatorial, constituindo-se como grande ator político da esquerda da Nova República. Weffort aparece como uma referência relevante, não apenas por sua presença constante, mas pelo lugar que suas teses ocuparam na conjuntura subsequente – e vem



ocupando ainda hoje. Nas primeiras discussões que mobilizaram o pensamento, ainda na primeira fase do regime, quando a vida acadêmica dispunha de relativa margem de atuação, Weffort contrapõe ao Estado Bonapartista sua compreensão de um *Estado de Compromisso* (Weffort 1966). Se no bonapartismo a hegemonia é inviável porque as classes estão em uma disputa que nenhuma tem condições de vencer, para o Estado de Compromisso de Weffort, nenhuma tem condições de exercer a hegemonia. Era o seu entendimento da contingência da luta de classes no Brasil, após a derrocada da ordem oligárquica. Com essa leitura da sociedade brasileira, no início dos anos 1970 ele apresenta o argumento sobre o populismo, envolvendo uma determinada compreensão sobre as relações entre a classe operária, seu partido e o Estado (Weffort 1978). Um conjunto de preocupações políticas que movimentou o debate ao longo da década, não apenas academicamente, mas também entre os atores políticos do campo da esquerda que precisara somar, ao balanço da derrota de 64, o massacre posterior a 68, os caminhos para reorganizar a resistência e a ação política para derrotar a ditadura. Weffort foi parte do grupo cujas teses se tornaram hegemônicas na constituição de um sujeito político que catalisaria esses esforços na virada dos anos 70 para os 80.

Portadores de uma síntese sobre o Brasil, a estrutura de classes, a forma de organização e representação dos interesses, as relações com o Estado, a forma política condizente com essas teses se consolidou no Partido dos Trabalhadores e pouco depois, na Central Única dos Trabalhadores. A sua versão da história carregava um balanço da atuação da esquerda, em larga medida organizada no PCB, muito crítico. Os comunistas são acusados, reiteradamente, de uma política conciliatória que, em verdade, seria de submissão à linha política burguesa. O mito de origem que preside esse período identifica nessa corrente a galvanização e reestruturação da esquerda e da expressão política da classe trabalhadora, após a desestruturação das organizações e aniquilamento físico de vários quadros, identifica sua síntese no momento fundacional do PT, e se assenta na presunção de recuperar a independência de classe e a autonomia política. O partido que surgiu se proclamando “dos trabalhadores”, e assim consolidou sua presença hegemônica na política da classe desde os estertores da ditadura, cresceu até o final dos 80 nessa mesma toada, apontando os movimentos de conciliação como submissão aos patrões,



perda da independência política e traição da classe. As alterações substantivas nos programas eleitorais de 94 em diante dão testemunho eloquente do abandono dessa posição. A institucionalização como governo sufragado por quatro eleições consecutivas, consolidou a retificação da compreensão a respeito do funcionamento da política, nos moldes como é concretizada na modernização conservadora brasileira. As concessões, negociações e o pragmatismo deixaram de ser criticados como sujeição ao interesse burguês, tornando-se objeto de respeito e horizonte político, como expressão da capacidade de governabilidade e de maturidade política. A esta substância, associa-se a forma como o *lulismo* se expressa como movimento político, seus traços comportamentais, e o resultado é a conciliação de forma subalterna tratada como expressão da genialidade estratégica do presidente.

Ressaltar esse ponto não parte de defesa ortodoxa do purismo sectário, ou de cobrança do retorno às raízes de forma abstrata, como se a mudança de posicionamento fosse, em si, um problema. Trata-se de buscar entender o que há de problemático na política de conciliação, como ela pode comprometer os interesses da classe dominada em uma formação capitalista, os limites que estabelece em uma conjuntura de defensiva da classe trabalhadora, em razão dos impactos que o ajuste neoliberal impôs às organizações que defendem seus interesses. Em suma, trata-se de avaliar se o operador político da classe trabalhadora deve ajustar seu horizonte de intervenção à mera administração do Estado capitalista; se é papel de seu partido ajustar-se às imposições da ordem, como alertava, já em seu primeiro congresso, um preocupado Florestan Fernandes (Fernandes 2018).

Referências Bibliográficas

Andrada, Leonardo S. 2022. "Seria o Bolsonarismo a Expressão Brasileira do Neofascismo?" *Revista Estudos Políticos* 13 (26).

Assunção, Vânia N. F. de. 2005. *Pandemônio de infâmias: classes sociais, Estado e política nos estudos de Marx sobre o bonapartismo*. Tese de Doutorado. PUCSP.



- . 2014. "Ditadura como bonapartismo: apreensões marxistas sobre o regime inaugurado em 1964." *Verinotio—Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, n. 17: 38-62.
- Chasin, José. 1978. *O Integralismo de Plínio Salgado. Forma de Regressividade no Capitalismo Hiper-Tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.
- Coutinho, Carlos Nelson. 1967. *Literatura e humanismo. Ensaio de Crítica Marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- . 1979. "A democracia como valor universal." In *Encontros com a Civilização Brasileira*, editado por Ênio Silveira, 33-47. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fernandes, Florestan. 1976. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- . 1989. *Marx/Engels – história*. 3. ed. São Paulo: Ática. (Grandes Cientistas Sociais, v. 36)
- . 2018. *Reflexões sobre a Construção de Um Instrumento Político*. São Paulo: Expressão Popular.
- Ianni, Octávio. 1975. *Pacto Populista e Bonapartismo*. Em *A formação do Estado Populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- Losurdo, Domenico. 2004. *Bonapartismo ou Democracia. Triunfo e Decadência do Sufrágio Universal*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora UNESP.
- Martins, Carlos Estevam. 1977. *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- Mazzeo, Antonio; Pinheiro, Milton; Pericás, Bernardo. 2022. *Neofascismo, Autocracia e Bonapartismo no Brasil*. São Paulo: Instituto Caio Prado.
- Oliveira, Eliezer R. 1976. *As Forças Armadas. Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes.
- Weffort, Francisco. 1966. "Estado e Massas no Brasil." *Revista Civilização Brasileira*, n. 1.
- . 1978. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

